



Poder Judiciário

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | |
|--|-----------------------------------|
| Sigla | TJPE |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | JANEIRO - 2017 |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 20/02/2017 |

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Despesas com pessoal ativo | 69.526.485,96 |
| b | Despesas com pessoal inativo e pensões ⁽²⁾ | - |
| c | Despesas com encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal | 15.631.984,97 |
| d | Despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência. | - |
| | TOTAL | 85.158.470,93 |

Inciso II - Outras Despesas de Custeio

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte | 2.250.829,75 |
| b | Benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação | 6.134.328,04 |
| c | Benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche | - |
| d | Benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica | - |
| e | Diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores | 114.165,80 |
| f | Passagens e despesas com locomoção | - |
| g | Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia | 2.188.281,32 |

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | | |
|--|---|----------------------|
| Sigla | TJPE | |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO | |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO | |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA | |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | JANEIRO - 2017 | |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 20/02/2017 | |
| h | Aluguel de imóveis | 616.850,02 |
| i | Serviços de água e esgoto | - |
| j | Serviços de energia elétrica | 2.088,09 |
| k | Serviços de telecomunicações | - |
| l | Serviços de comunicação em geral | - |
| m | Serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados | - |
| n | Serviços de limpeza e conservação | - |
| o | Serviços de vigilância armada e desarmada | - |
| p | Serviços de publicidade | - |
| q | Locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o” | - |
| r | Serviços de seleção e treinamento | - |
| s | Aquisição de material de expediente | - |
| t | Aquisição de material de processamento de dados e de software | - |
| u | Aquisição de material bibliográfico | - |
| v | Aquisição de combustíveis e lubrificantes | - |
| w | Aquisição de gêneros alimentícios | - |
| x | Aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’ | 29.624,08 |
| y | Serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais | - |
| z | Demais despesas de custeio | 2.058.006,49 |
| | TOTAL | 13.394.173,59 |

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | |
|--|-----------------------------------|
| Sigla | TJPE |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | JANEIRO - 2017 |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 20/02/2017 |

Inciso III - Despesas com Investimentos

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Construção e reforma de imóveis | - |
| b | Aquisição de Material Permanente - Veículos | - |
| c | Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática | - |
| d | Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática | - |
| e | Aquisição de Material Permanente – Demais itens | - |
| | TOTAL | 0,00 |

Inciso IV - Despesas com Inversões Financeiras

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização. | - |
| b | Outras inversões | - |
| | TOTAL | 0,00 |

Inciso V - Repasses do Tesouro Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de:

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|-----------------------------------|---------------------------|
| a | Pessoal e Encargos | 89.821.008,33 |
| b | Custeio | 10.712.500,00 |
| c | Investimentos | - |
| d | Inversões Financeiras | - |
| | TOTAL | 100.533.508,33 |

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | |
|--|-----------------------------------|
| Sigla | TJPE |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | JANEIRO - 2017 |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 20/02/2017 |

Inciso VI – Receitas

| Alínea | Discriminação das receitas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | recursos a título de custas judiciais | 3.635.094,16 |
| b | recursos a título de taxas judiciárias | 2.456.548,31 |
| c | recursos a título de serviços extrajudiciários | 5.888.106,51 |
| d | demais recursos conforme previsão em leis específicas ^(3 e 4) | 7.885.929,85 |
| | TOTAL | 19.865.678,83 |

(1) Publicação original em 20.02.17. Republicado em 21.03.17, em virtude da necessidade de ajuste no inciso IV - Receitas / alínea d, conforme detalhado na nota 4 abaixo.

(2) As despesas com inativos e pensionistas são custeadas integralmente com recursos do Fundo Próprio de Previdência do Estado.

(3) Demais receitas arrecadadas pelo TJ.

(4) Em janeiro/2017, a receita total arrecadada por este Poder foi de R\$ 19.865.678,83. Entretanto, em virtude de contabilização indevida de rendimento de aplicação financeira no valor de R\$17.019.625,58, o total líquido apresentado pelo sistema E-fisco financeiro é de R\$ 36.885.304,41. O referido estorno só foi realizado em fev/17, em razão de a identificação do equívoco ter ocorrido após o fechamento contábil de jan/17. Para evidenciar a efetiva arrecadação, foi considerado, para fins deste relatório, o valor de R\$ 19.865.678,83.